



ST4. A TEMÁTICA INDÍGENA NA ESCRITA E NO ENSINO DE HISTÓRIA AVANÇOS E RETROCESSOS

169

BAÍA DA TRAIÇÃO: PARENTES POTIGUARA EM LADOS OPOSTOS NA GUERRA LUSO-HOLANDESA (1625 – 1654)

Jean Paul Gouveia Meira¹

Resumo: Esta pesquisa procurou analisar como os indígenas tomavam partido das guerras não indígenas travadas entre as nações europeias na América portuguesa, mais precisamente nas chamadas capitanias do Norte, e imprimiram novos significados de acordo com os interesses dos seus respectivos povos. Desde 1625, os neerlandeses passaram a ser bem recebidos em algumas aldeias do Povo Potiguara, notadamente na Baía da Traição, onde lideranças como Pedro Poty e Antônio Paraupaba quebraram o acordo de paz com os Portugueses selado em 1599, e foram importantes no processo de ocupação e conquista batava das referidas capitanias. Em outras palavras, os próprios Potiguara estavam divididos na guerra, e a busca de recompensas e mercês, traduzidas em títulos nobiliárquicos e espaços de poder, era o principal motivo da aliança e participação indígena em ambos os lados. Para a efetivação desta pesquisa, dialoguei com as correspondências ou as cartas Tupi trocadas entre os primos Filipe Camarão e Pedro Poty a partir de 1645, o primeiro “leal vassalo” do soberano ibérico, encontrada no Arquivo das Índias Ocidentais em Haia (Países Baixos), depois publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano em 1906.

Palavras-chave: Baía da Traição. Índios Potiguaras. Guerra luso-holandesa.

Por menor que fosse a oportunidade de vingança, tão presente como elemento da estrutura sociocultural de muitos dos povos Tupi, os chefes Potiguara não deixariam “pedra sobre pedra” após o sangue indígena derramado na conquista de suas terras pelos colonizadores portugueses desde os primeiros contatos.

O acordo de paz selado em 1585, que resultou na fundação da Capitania Real da Paraíba, foi só uma trégua, diante de muitos roubos, assaltos, atentados, ataques surpresa, queima de canaviais, invasão de aldeias de índios “aliados” dos portugueses, assassinatos e mortes dos moradores na Paraíba, provocados pelo ressentimento encontrado no “coração Potiguara”.

¹ Mestre em história pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Email: jeanpaulmeir@gmail.com

Quantos filhos Potiguara cresceram odiando os portugueses, quando ouviam as histórias e memórias contadas pelos mais velhos do massacre indígena dentro de suas próprias terras, a perda das mesmas, a morte dos seus parentes, quando não expulsos do seu lugar para nunca mais voltar?

Talvez tenha sido esta a principal razão que levaram alguns indígenas Potiguara acolherem tão bem os neerlandeses na Baía da Traição em 1625, assim como optarem politicamente pela aliança com os invasores, na tentativa de desestabilização dos portugueses, ao ignorar o acordo de paz selado em outrora, mas também na busca de recompensas e vantagens.

Em um dos navios que regressaram para a Holanda, por exemplo, seguiram duas importantes lideranças Potiguara que desempenhariam papel decisivo na dominação neerlandesa de Pernambuco, anos mais tarde: Pedro Poty, primo de Antônio Filipe Camarão; e Antônio Paraupaba, acompanhado do seu pai Gaspar Paraupaba.

Aos que ficaram uma vingança à moda portuguesa, ou seja, perseguição e massacre de famílias indígenas em represália à acolhida que haviam dado aos neerlandeses em Acajutibiró, nome indígena dado a São Miguel da Baía da Traição, assim como a quebra do acordo de paz estabelecido em 1585. Os confrontos acabaram se alastrando para a Serra da Copaoba, envolvendo os Potiguara na Capitania do Rio Grande.²

Na Holanda, os refugiados Potiguara foram assessorados por Johannes de Laet, então diretor da Companhia das Índias Ocidentais³, aprenderam a ler e escrever na língua que os governava, obtiveram privilégios, e se converteram à Religião Reformada ou Calvinista. Pessoas interessadas passaram a procurar tais lideranças no intuito de colherem informações sobre Pernambuco e a costa do Brasil.

O regresso dos refugiados não tardaria a acontecer. Pedro Poty, o primeiro a voltar, ficou com a responsabilidade de liderar os indígenas na Paraíba, como um verdadeiro interprete, ou seja, traduzindo e repassando informações do Tupi para o holandês, mas também de comandar guerreiros indígenas na tomada da Fortaleza de Santa Catarina.

Na Baía da Traição, Pedro Poty recebeu os ensinamentos do missionário e ministro reformado Johannes Eduardus, o mesmo que traduziu para o holandês as *Cartas Tupi* trocadas entre o próprio Poty e seu parente Filipe Camarão, já no “calor” das guerras contra os neerlandeses, entre agosto e outubro de 1645.

As cartas foram encontradas por pesquisadores brasileiros ao longo do século XIX, em Haia, no Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, e foram traduzidas do holandês para o português pelos historiadores Alfredo de Carvalho e Teodoro Sampaio.

² Em um destes confrontos, o irmão de Potiguaçu, suposto pai de Pedro Poty, chamado Jaguarari foi levado preso para a Fortaleza dos Reis Magos em Natal, onde ficaria detido até a invasão neerlandesa em 1633. Cf. MEDEIROS FILHO, Olavo. *Os Holandeses na Capitania do Rio Grande*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1998. p. 31.

³ Organização Privada que detinha o monopólio do comércio externo com as colônias ocidentais pertencentes à Sete Províncias nas Índias Ocidentais (Região Caribenha na América). Foi a principal responsável pelo financiamento da colonização neerlandesa e exploração do açúcar no Brasil.

Mais tarde, as correspondências passaram a ser publicadas, notadamente pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano* (1906).⁴

Em carta, datada de 21 de outubro de 1645, o sargento-mor Diogo Pinheiro Camarão, a serviço do seu primo e capitão-mor Dom Antônio Filipe Camarão, assim escreve a Pedro Poty,

... *Pay tupã yandê yara rememguabamo ico che nheenga ajmodo Endebe Snr. Pedro poty maramo reaenga. Aymondó ndêbe Sur. Pedro Poty maerãmõ che ndeananna reto catu. Eyor, ecema anhangã retama rangaua Çuy Ey enag chrystam ramo ndereço mara ereijmo çuy. Eycuab christamramo ndê recô? Marã oro Canheng motarete Catupe christam ramo ndereço ymocanheng motáretê catupe, christam-ramo ndê recô? mara Ereijmo canheng motaretepe Taytipa rajramo nde Mãrã oro ymoncanheng motaretêpe Pay-tupã rayramo ndê reço mara Ereijco potaretepe tecocuaby mamõ recô? Marã recô potaretêpe tecocuabey mamõ? Erenhemo caheng motarete catu ende anhe Eycebo mo-Orenhemo canheng motaretô catú nde Anhey cemba mobigpe christam caanhema Erecepia Carayba na ocanhengbae rua maranamo christam ramo cicarine duij ccatinij Pay gbae rua maranãme christamramo cicurimé kiçuy canhy Pay tupa Imocanhema Icole ore Ico perenoce ma mota Snr. tupã nomocanhema icobé. Ore icó peye nocema motá Snr. Capitão-mór Ant.º Felipe Camarão nhenga rupi opabenhe Capitão-mór Felipe Camarão nheenga rupi opabinhê Caraijba rubixaba nheenga rupibe...* [E' Deus Nosso Senhor quem me dicta estas palavras. Se te mandei procurar, Snr. Pedro Poty é porque sou dos nossos parentes bons e verdadeiros. Vem, sae deste inferno. Não sabes que és christão? Porque fazes tanto por te perder se és christão? Porque te has de querer perder se és filho de Deus? Porque has de ficar entre os ímpios? E' tanto o teu desejo de perdição? Quantos christãos vês que se perdem por este modo? Os brancos não caem em perdição porque sendo christãos, logo a evitam e Deus não os desampara. Desejamos nós a vinda de vós todos sob a palavra do Snr. Capitão-mór Antonio Felipe Camarão e sob a de todos os capitães portuguezes]⁵.

Diante do exposto, podemos perceber maior preocupação com a divisão do próprio povo Potiguara nas batalhas, o que resultou em mortes, assim como o próprio destino do mesmo após a guerra. Desta vez, os principais culpados seriam os próprios indígenas, tendo suas lideranças divididas politicamente nas alianças com nações inimigas.

Em resposta a esta e outras cartas, Pedro Poty também se mostrou preocupado com o futuro do povo Potiguara, e, de forma incisiva, afirmou:

Envergonho-me de nossa própria família e nação ao ver que tantas cartas suas tratam de induzir-me à traição e à deslealdade, isto é,

⁴ Cf. SAMPAIO, Theodoro. Cartas Tupis dos Camarões. *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano*, Recife, vol.XII, nº68, p. 281-305. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio-1906-cartas> Acesso em: 7 nov. 2010.

⁵ SAMPAIO, Theodoro. Cartas Tupis dos Camarões. *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano*, Recife, vol.XII, nº68, p. 287. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio-1906-cartas> Acesso em: 7 nov. 2010.

abandonar meus legítimos chefes de quem tenho recebido tantos benefícios.

É errado que pensas que nos enganam tão facilmente com essas palavras em vão, e até penso que, não ousando vim nos visitarmos como soldado, procuram usar estas falsas imposturas.

Saibam que serei um soldado fiel aos meus chefes até morrer.

Estou bem aqui e nada me falta; vivemos mais livremente do que qualquer um de vocês, que se mantêm abaixo de uma nação que nunca tratou de outra coisa se não de nos escravizar.⁶

Em outras palavras, Pedro Poty demonstrou o quanto estava tirando proveito da “aliança” construída com os neerlandeses, para si e para o seu grupo, a quem exerce liderança. Ao utilizar as mesmas armas do adversário, ou seja, mostrar o tratamento que os Europeus dão aos indígenas, Poty rebate as acusações de traição feitas pelos Camarões, a partir da denúncia das torturas e atos de violência, quando não, da tentativa de escravização, praticada pelos portugueses desde os primeiros contatos com os Potiguara na Baía da Traição.

De acordo com Fátima Martins Lopes (2003, p. 81), os chefes Tupi não entregavam pessoalmente as correspondências trocadas. Junto com as cartas, meio de comunicação eminentemente europeu, foram enviadas mulheres que serviriam de mensageiras, mas que também revelaria alguns segredos. Tratava-se de um costume muito praticado entre os Tupi.

Para tanto, no discurso adotado pelas lideranças está contido elementos de incentivo a um conflito religioso, envolvendo católicos e protestantes, ou seja, ficou evidente como os indígenas ressignificaram a influência das Reformas Religiosas que estão acontecendo na Europa dentro das suas ações políticas e práticas culturais.

Mais tarde, em 19 de fevereiro de 1649, na segunda batalha decisiva de Guararapes, Pedro Poty foi feito prisioneiro dos portugueses, sendo levado para o Forte do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, onde foi barbaramente tratado pelos algozes, açoitado, sofreu toda espécie de tormentos, e morto na travessia para Lisboa em 1652 (COSTA, 1983, p. 443).

Por sua vez, Antônio Paraupaba recebeu o grande desafio, primeiro ser interprete dos batavos no contato com os indígenas, não somente junto aos Potiguara no Rio Grande e Ceará, mas conquistar alianças entre os povos “Tapuia”⁷ no sertão, para, logo em seguida, desloca-los em direção à Serra do Ibiapaba no Ceará, o mais longe possível da interferência portuguesa.

Depois da derrota neerlandesa em 1654, Paraupaba chegou a escrever duas Memórias ou *Remonstratien* (1654 e 1656), em defesa do povo Potiguara, assim como

⁶ Cf. RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Fundação do Brasil. Testemunhos: 1500-1700*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 309.

⁷ Tapuia é uma denominação generalizada, advinda da língua dos povos Tupi, quando os mesmos costumavam chamar os inimigos e prisioneiros de guerra, ou seja, os “de fora”, aqueles que não são Tupi. Com a colonização, os portugueses incorporaram a idéia de Tapuia para também generalizar os povos encontrados no sertão, que segundo os mesmos apresentavam uma “língua travada”, ou seja, eram mal compreendidos, e, acima de tudo, eram “bárbaros” e “selvagens” por serem hostis à colonização, assim como à fé cristã. Cf. PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 2002.

dos demais Indígenas na Serra do Ibiapaba, clamando por socorro aos Estados Gerais na cidade de Haia, na tentativa de resistirem aos portugueses, quem tanto matou e escravizou estes indígenas, e ao mesmo tempo buscou o sustento necessário para suprir às péssimas condições em que se encontravam.

As *Remonstratien* foram impressos, na forma de panfletos, por Henricus Hondius em 1657, escritas por um escrivão profissional, mas apresentando as assinaturas de Antônio Paraupaba. No Brasil, os documentos foram traduzidos por Pedro Souto Maior e publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará* em 1912.⁸

Nessas Memórias, Antônio Paraupaba fez uma exposição ou relato histórico das relações tramadas entre os Potiguara e os neerlandeses desde os primeiros contatos na Baía da Traição em 1625 até a derrocada em 1654, na tentativa de convencer os Estados Gerais a não abandonar uma importante aliança com tais Indígenas, a qual resultou na conquista de Pernambuco. No final da segunda *Remonstratien*, Paraupaba mostra um pouco mais da região da Serra do Ibiapaba onde estão os indígenas por ele comandados:

... vivendo no bravio e selvagem deserto, na companhia de bestas ferozes e brutas, onde esperam assistência e ajuda somente de Deus e de Vossas Excelências. O suplicante e sua miserável nação rezarão sem cessar para o Deus de todas as graças e misericórdias, que sua Majestade Divina queira abençoar e fazer prosperar de tempo em tempo, e mais e mais o governo das Vossas Excelências, e que o Onipotente reconheça às Vossas Excelências e aos seus súditos os benefícios que Vossas Excelências possam vir a conferir a essas pessoas pobres e abandonadas.

Assinado:

Anthonio Paräupaba
6 de Abril de 1656, Haia⁹

Nesse sentido, os Potiguara que estiveram na Holanda foram de grande auxílio para a conquista das capitanias do Norte pelos neerlandeses, mas também para a organização das missões calvinistas nas aldeias indígenas. Em 30 de março de 1645 houve uma reunião na aldeia de Tapesserica, nas proximidades de Goiania (Pernambuco), na qual foram confirmados importantes privilégios para as cento e cinquenta lideranças indígenas presentes.¹⁰

A garantia da liberdade dos índios, a manutenção dos mestres-escolas para os ensinamentos do calvinismo nas aldeias, a criação de três câmaras dentro dos aldeamentos de Tapesserica, Maurícia (Paraíba) e Orange (Rio Grande), assim como o provimento de lideranças indígenas no comando das mesmas, e a nomeação de Regentes dos Índios para cada Capitania: Antônio Paraupaba se tornou Regente dos

⁸ Cf. MAIOR, Pedro Souto. A Missão de Antônio Paraupaba ante o Governo Holandês. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará*. Fortaleza, Tomo XXVI, p. 72-82, 1912.

⁹ Cf. HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: As Representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1634 e 1636. *Revista de História*, São Paulo, nº 154, p. 37-69, 2006. p. 64.

¹⁰ Cf. MAIOR, Pedro Souto. “Fastos Pernambucanos”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Vol. LXXV, Tomo 1, pp. 142-176, 1913.

Índios da Capitania do Rio Grande, e Pedro Poty, Regente dos Índios da Capitania da Paraíba (LOPES, 2003, p. 79).

Na prática, os Regentes ou Principais encarregados das aldeias acabavam por explorar os indígenas, contratando-os para serviços diversos sem pagamento, quando não os escravizando.

À época dos embates contra os neerlandeses, a participação de “índios aliados”, sob o comando de Filipe Camarão, foi decisiva para as vitórias dos portugueses. Era evidente para Portugal a necessidade da boa relação com o Camarão, pois o trânsito que ele possuía no interior das capitanias do Norte, já que liderava um Terço de Índios que ia da aldeia dos Rodela no Rio São Francisco até o Mopebu no Maranhão, poderia tornar-se perigoso aos interesses metropolitanos, caso o mesmo tomasse como aliado o adversário (ELIAS, 2008, p. 157).

A monarquia portuguesa ainda enfrentava a guerra contra os espanhóis, que resultava na crescente escassez de recursos financeiros. Nessa conjuntura francamente desfavorável, houve grande necessidade de viabilizar recompensas e mercês aos súditos do rei, assim como maior abrandamento dos impedimentos à concessão de benesses para indivíduos que não foram constatados com a fidelidade religiosa ou a “pureza de sangue” pela Mesa de Consciência e Ordens¹¹.

De acordo com Fernanda Olival (2001, p. 163), o rei de Portugal procurava não contrariar as decisões tomadas pela Mesa de Consciência e Ordens, pois garantia preservadas suas ligações com Roma. No entanto, principalmente em tempos de guerra ou dificuldades financeiras, os súditos, mesmo reprovados pelo aval da Mesa, podiam apelar ao monarca, quando não estes mesmos vassallos conseguiram a tão desejada dispensa papal.

Segundo Diogo Lopes Santiago (2004, p. 426), para além das batalhas, Antônio Filipe Camarão se sobressaiu como protetor dos moradores nas fugas registradas na Paraíba. Seus predicados valeram-lhe o posto de Governador Geral dos Índios, o título de Dom e o Hábito da Ordem de Cristo.

Dom Antônio Filipe Camarão, de fato, foi o primeiro indígena e Potiguara a receber a patente de Capitão-Mor e Governador Geral dos Índios, na mercê concedida pelo soberano espanhol, Filipe IV, em 20 de agosto de 1636 (COSTA, 1983, p.44).

Ronald Raminelli (2009, p. 180) nos mostrou que não obstante os valorosos feitos de Filipe Camarão percebe-se uma falta de informações sobre as suas mercês nos registros da monarquia portuguesa. O mesmo não ocorreu com seus companheiros de guerra, pois estes tiveram devidamente registradas suas recompensas. Na Chancelaria da

¹¹ A Mesa da Consciência e Ordens foi criada por D. João III em 1532 e foi um dos mecanismos burocráticos utilizados para cada vez mais centralizar o poder nas mãos do monarca. Este Conselho Régio tinha como principal competência a Chancelaria das Ordens Militares, assim como o Juizado de Cavaleiros. Por gerenciar comendas que possui foro eclesiástico, nada mais do que privilégios e isenções, tal Mesa mantinha relação direta com o Papa em Roma. Cf. NEVES, Guilherme Pereira das. *E Receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o Clero Secular no Brasil, 1808-1828*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

Ordem de Cristo, não existe processo de habilitação, nem a carta de hábito, nem o Alvará para ser armado cavaleiro. Tendo ele “defeito mecânico e sangue impuro”, a dispensa papal também não foi localizada.

De todo modo, a promessa das mercês e o comportamento nobre do sujeito somaram com os inúmeros feitos na guerra. Em maio de 1648, aos 48 anos, Antônio Filipe Camarão morreu, depois de estar doente e afastado dos campos militares. Por sua lealdade e fervor religioso, ele foi enterrado com muita Honra e pompa funeral, deixando seus comandados índios pesarosos de sua morte (SANTIAGO, 2004, p. 528).

Para tanto, as honrarias concedidas para Antônio Felipe Camarão significaram o reconhecimento de seus méritos junto à coroa portuguesa, além de ter tido um efeito devastador sobre a elite colonial local, que se viu impossibilitada de oferecer qualquer resistência a uma liderança indígena que alcançara títulos desejados por todos.

Tal situação representou, em última instância, não apenas a promoção militar, mas, sobretudo, um degrau a mais no status social da Colônia junto aos demais pertencentes à elite. Este aspecto relativo ao sujeito em questão torna-se mais interessante quando se constata que o nome Camarão tornou-se um título (ELIAS, 2008, p. 156).

Isto porque os seus parentes e descendentes passaram, cada vez mais, a reivindicar, ao longo do tempo, mercês e patentes pelos feitos e serviços prestados à coroa portuguesa outrora não premiados.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Fracisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucano*. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1983.

ELIAS, Juliana. Militarização Indígena na Capitania de Pernambuco no Século XVII: Camarão, a História de um Título. *CLIO. Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, nº25-2, p. 150-166, 2008.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: As Representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1634 e 1636. *Revista de História*, São Paulo, nº 154, p. 37-69, 2006.

LOPES, Fátima Martins. *Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2003.

MAIOR, Pedro Souto. A Missão de Antônio Paraupaba ante o Governo Holandês. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará*. Fortaleza, Tomo XXVI, p. 72-82, 1912.

_____. “Fastos Pernambucanos”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Vol. LXXV, Tomo 1, pp. 142-176, 1913.

MEDEIROS FILHO, Olavo. *Os Holandeses na Capitania do Rio Grande*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.

NEVES, Guilherme Pereira das. *E Receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o Clero Secular no Brasil, 1808-1828*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 2002.

RAMINELLI, Ronald. Honras e Malogros: Trajetória da Família Camarão 1630-1730. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo. *Império de Várias Faces: Relações de Poder no Mundo Ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Fundação do Brasil. Testemunhos: 1500-1700*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 309.

SAMPAIO, Theodoro. Cartas Tupis dos Camarões. *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano*, Recife, vol.XII, nº68, p. 281-305. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio-1906-cartas> Acesso em: 7 nov. 2010.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife: CEPE, 2004.